



RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS REALIZADOS EM 25/03/2011

Pergunta 1 – Entendemos que os atestados de capacitação técnica e declarações apresentadas para fins de comprovação das experiências mínimas solicitadas para efeito de qualificação e de pontuação, quando expedidos por empresas estrangeiras e organismos internacionais, deverão ser somente traduzidos por tradutor juramentado, não havendo necessidade de notariação e consularização dos mesmos. Está correto nosso entendimento?

Sim. Conforme descrito no subitem 4.3, do item 4 – Disposições Gerais, à página 12, do Anexo III – Diretrizes para Elaboração da Proposta técnica: “Os atestados de capacitação técnica e declarações apresentados para fins de comprovação das experiências mínimas solicitadas para efeito de qualificação e de pontuação, quando expedidos por empresas estrangeiras e organismos internacionais, poderão ser aceitos **desde que sejam apresentadas traduções juramentadas na língua portuguesa, devendo ser compatíveis com o objeto desta LICITAÇÃO e na forma da lei**”.

Pergunta 2 – Considerando que:

- (i) a Contratante terá até 10 (dez) dias úteis para avaliar os produtos ou relatórios entregues e emitir o aceite definitivo; (cláusula 6.5 do Anexo V – Minuta de Contrato)
- (ii) em caso de não aceitação dos produtos ou relatórios entregues pela Contratada, a Contratante convocará o Gerente de Projeto para prestar esclarecimentos e fazer as correções cabíveis, devendo ser dada continuidade na execução dos trabalhos desta até que estejam concluídos; (cláusula 6.5.1 do Anexo V – Minuta de Contrato)
- (iii) conforme previsto no Edital, o pagamento de cada produto dar-se-á em até 30 dias do aceite definitivo; (cláusula 9.1 do Anexo V – Minuta de Contrato)

Pergunta-se:

- (i) Caso não haja o aceite formal da Contratante no prazo informado no item (i) acima, reputar-se-á aprovada a fatura correspondente. Está correto tal entendimento?

Esclarecemos que o pagamento somente será efetuado pela CONTRATANTE, após o aceite definitivo do produto apresentado pela CONTRATADA, tendo em vista o disposto nos subitens abaixo transcritos:

Subitem 6.6, da Cláusula VI – Da Execução do Objeto, à página 6, do Anexo V – Minuta de Contrato: “**Não obstante o aceite provisório previsto na cláusula 6.4 (...), uma etapa somente será considerada concluída quando for dado o aceite definitivo no relatório ou produto correspondente pela CONTRATANTE**”.

Subitem 9.1, da Cláusula IX – Das condições de Pagamento, à página 7, do Anexo V – Minuta de Contrato: “**O pagamento do valor de cada produto determinado em cada uma das fases e**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Comissão Especial de Licitação
Concorrência nº 397/2010 – Verificador Independente

*etapas descritas no Quadro de Quantidades e Preços Unitários dar-se-á em até 30 dias **após o aceite definitivo**, pela CONTRATANTE, do produto apresentado”.*

Importante ressaltar que este questionamento provocou uma averiguação do texto do item 6.4 do Anexo V – Minuta de contrato e verificou-se um erro material na digitação do referido item, destacada a seguir:

6.4 *A CONTRATADA deverá entregar até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês que se deu a prestação do serviço, os produtos e relatórios pertinentes à etapa de execução correspondente, devidamente assinados pelo Gerente de Projeto e pelo Coordenador Operacional, para aceite provisório pela CONTRATANTE e posterior avaliação.*

Onde digo: *“A CONTRATADA deverá entregar até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês que se deu a prestação do serviço, os produtos e relatórios pertinentes à etapa de execução correspondente...”*

Digo: *“A CONTRATADA deverá entregar até o quinto dia útil subsequente ao da data marcada para a finalização da prestação do serviço (em cronograma a ser firmado entre as partes), os produtos e relatórios pertinentes à etapa de execução correspondente...”*

Ou seja, após a finalização do serviço a que se refere aquela etapa/fase, na data acordada em cronograma a ser firmado entre as partes (conforme os prazos definidos no Anexo I – Termo de Referência), a CONTRATADA apresentará os relatórios e produtos pertinentes, em até 5 dias úteis da conclusão dos trabalhos para a CONTRATANTE realizar a avaliação e validação do produto (definitiva ou provisório) no prazo de 10 dias previsto no item 6.5 da Minuta de Contrato.

A errata acima será divulgada em conjunto com estas respostas, não havendo, no entanto, necessidade de republicação do presente Edital.

(ii) Caso a resposta da questão (ii) seja negativa, favor informar qual o procedimento previsto para o processo de aprovação das faturas, em especial aqueles relacionados (i) aos prazos limite para aprovação desde o momento de sua entrega à Contratante, e (ii) às ações que serão tomadas caso estes prazos não sejam atendidos pela Contratante.

Quaisquer procedimentos de aprovação de faturas deverão estar em conformidade com os prazos e disposições previstas nas cláusulas que compõem a Minuta de Contrato, Anexo V do presente certame. Fica a CONTRATADA no direito de tomar as medidas cabíveis na legislação pertinente em caso de descumprimento das obrigações contratuais por parte da CONTRATANTE, desde que não fira ao disposto no referido Contrato.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Comissão Especial de Licitação
Concorrência nº 397/2010 – Verificador Independente

Pergunta 3 – Considerando as respostas da questão anterior, perguntamos ainda:

(a) qual o prazo de garantia dos serviços a ser considerado após emissão do termo de aceite definitivo de cada produto?

Não há prazo pré-fixado previsto na minuta do Contrato, Anexo V ao Edital. No entanto, consideramos como plausível e aceitável, que após a emissão do termo de aceite definitivo, a CONTRATANTE terá uma garantia de 90 dias para detectar possíveis erros ou falhas nos produtos entregues pela CONTRATADA, em virtude das características e periodicidades previstas no Sistema de Mensuração de Desempenho e da Disponibilidade e do Mecanismo de Pagamento, respectivamente Anexos VIII e XIX do Edital.

(b) após o prazo indicado na resposta (a), contado após entrega, aceitação e aprovação de cada produto objeto do Contrato, finda a responsabilidade da Contratada perante a Contratante, em relação àquele produto?

Em relação àquele produto SIM, após findado o prazo da garantia citado acima.

Pergunta 4 – Entendemos que a comprovação da quitação das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, citada no item 9.3.1 da minuta de Contrato, deverá ser feita mediante a apresentação das Certidões Negativas emitidas pelo FGTS e pelo INSS. Está correto nosso entendimento?

Sim. Podendo, também, serem apresentadas para fins de comprovação a que se refere o item citado, as guias de pagamento devidamente quitadas, referente ao recolhimento mensal das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, inerentes aos profissionais atuantes neste projeto.

Pergunta 5 – Considerando que:

(i) o item 16.1. da minuta de Contrato prevê que os originais dos produtos, bem como outros documentos preparados pela Contratada para execução dos serviços determinados neste Contrato serão de propriedade da Contratante, ficando entendido, todavia, que a Contratada poderá ter em seus arquivos e para sua exclusiva consulta registro e cópia dos aludidos documentos;

(ii) consoante a legislação aplicável, toda propriedade intelectual desenvolvida pela empresa vencedora anteriormente à celebração do contrato, mesmo que venha a ser relacionada ao projeto, constitui propriedade intelectual exclusiva da licitante vencedora;

Entendemos que toda a propriedade intelectual (incluindo, mas não se limitando a patentes, direitos autorais, metodologias, técnicas, "know-how" e programas de computador) desenvolvida



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Comissão Especial de Licitação
Concorrência nº 397/2010 – Verificador Independente

pela Contratada anteriormente à celebração do Contrato, relacionado ou não ao projeto, constitui propriedade exclusiva da Contratada. Favor confirmar.

Sim, está correto. No entanto, conforme descrito no item 7.2 do Anexo I – Termo de Referência, “a SEDS será a proprietária de todo e qualquer produto ou documentação que vierem a ser gerados pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE em função da execução dos serviços”.

Pergunta 6 – Entendemos que os currículos deverão ser assinados somente pelos profissionais. Favor confirmar.

De acordo com o disposto no subitem 2.3 – Requisitos Obrigatórios (PT1-A), à página 4 do Anexo III – Diretrizes para elaboração da proposta técnica, não há indicação da obrigatoriedade de aposição de assinatura nos currículos dos profissionais apresentados para a composição da Equipe mínima de Projeto. No entanto, a empresa proponente pode, caso queira, apresentar currículos assinados pelos respectivos profissionais, sem a prerrogativa de inabilitar ou desclassificar os demais proponentes que não o fizerem.

Pergunta 7 – Considerando que:

- (i) tanto o procedimento licitatório como a execução dos serviços devem observar o princípio da publicidade, inerente à execução dos atos administrativos;
- (ii) a Lei 8.666/93 condiciona a aceitação dos serviços à comprovação de sua adequação aos termos contratuais;

Entendemos que a empresa devidamente contratada por meio do presente certame poderá, após realizar parte ou todo o trabalho em conformidade com o objeto do contrato e deste Edital, mencionar o nome da SEDS, bem como parte ou todo o serviço que prestou, para fins de referência junto a terceiros. Está correto nosso entendimento?

A CONTRATADA poderá MENCIONAR o nome da SEDS para fins de referência junto a terceiros, sem prejuízo ao disposto na Cláusula XVI do Anexo V – Minuta de Contrato e no disposto no Anexo X – Termo de Confidencialidade de Informações.

Pergunta 8

Tendo em vista as características do projeto objeto do Edital e a sistemática de execução e recebimento dos serviços contratados, entende-se que o valor de toda e qualquer indenização eventualmente devida à SEDS, incluindo quaisquer perdas e danos, estará limitada ao valor global do contrato. Está correto tal entendimento?

Não. Todas as determinações e previsões para aplicação de sanções estão descritas na Cláusula XX da Minuta de Contrato, Anexo V do Edital.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Comissão Especial de Licitação
Concorrência nº 397/2010 – Verificador Independente

Pergunta 9 – Considerando:

(i) que a Cláusula 20.1.2 da minuta de Contrato prevê as multas por inadimplemento da Contratada;

(ii) a importância de estabelecimento de um teto máximo para aplicação de multas durante a vigência do Contrato, em razão do princípio da razoabilidade;

Solicitamos que a totalidade das multas aplicadas ao longo do Contrato não exceda a 5% (cinco por cento) do valor do Instrumento Contratual.

Informamos que **não** haverá alteração, acréscimo ou supressão de informações ao disposto na Cláusula XX – Das sanções Administrativas da Minuta de Contrato, Anexo V do presente Edital, por estar de acordo com as orientações da Lei Federal 8.666/93 e legislação pertinente.

Pergunta 10 – Considerando que:

(i) serão tratadas como confidenciais informações sensíveis a que a equipe da Contratada terá acesso e serão obtidas durante a prestação de serviços;

(ii) a Contratada:

- Manterá sigilo sobre todas as informações confidenciais obtidas durante a prestação dos serviços, inclusive recomendações formuladas em sua execução ou resultante dos serviços;
- Utilizará as informações confidenciais para o único propósito de executar o serviço;
- Revelará as informações confidenciais apenas para os membros de sua organização, necessários à condução do serviço, requerendo destes que mantenham o caráter confidencial das mesmas;
- Que, em razão disso, os membros da organização mundial da Contratada não serão considerados como terceiros, para fins de confidencialidade;

Entendemos que, por sua vez, as informações da Contratada também deverão receber o mesmo tratamento de confidencialidade. Está correto tal entendimento?

Esclarecemos que a obrigatoriedade do tratamento de CONFIDENCIALIDADE imputado ao perfeito desenvolvimento dos trabalhos objeto do presente projeto, deve ser respeitado tendo em vista o disposto nos documentos que compõem o presente Edital, ressaltando-se em especial, as cláusulas 16 e 17 do Anexo V – Minuta de Contrato e do Anexo X – Termo de Confidencialidade.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Comissão Especial de Licitação
Concorrência nº 397/2010 – Verificador Independente

Pergunta 11 – Considerando que o item 2.3.1.4 do Anexo 3 - Diretrizes para Elaboração da Proposta Técnica dispõe que a proponente deverá comprovar, na forma da lei, que os profissionais indicados no item 2.1 do referido anexo fazem parte do seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta;

Entendemos que a Ficha de Registro dos funcionários, mantida pela proponente, é instrumento hábil para tal comprovação. Está correto nosso entendimento?

Sim, desde que esteja devidamente preenchida pela empresa e assinada pelo funcionário, conforme exige a legislação pertinente.

Pergunta 12 – Considerando que o item 9.6.1.1 do Edital solicita:

- Prova de registro ou inscrição da PROPONENTE e dos seus responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Representação Profissional;

Entendemos que, para fins de comprovação de que o responsável técnico da proponente está inscrito junto ao seu respectivo Conselho Regional de Representação Profissional, a apresentação de Declaração de Inscrição emitida pelo Conselho pertinente ou cópia autenticada do comprovante de pagamento da anuidade ou Protocolo do pedido de 2ª via são documentos hábeis para atender ao solicitado. Está correto nosso entendimento?

Sim, o entendimento está correto.

Pergunta 13 – Considerando que:

(i) no item 9.6.1.1 do Edital é estabelecido que a habilitação da PROPONENTE será comprovada por meio de prova de registro ou inscrição desta e dos seus responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Representação Profissional;

(ii) no item 6.3 da Minuta de Contrato é previsto que o Gerente de Projeto atuará como responsável técnico e comercial do contrato;

Entendemos que o Gerente de Projeto será o único integrante da equipe a atuar como responsável técnico e o único a apresentar registro ou inscrição no Conselho Regional de Representação Profissional. Tal entendimento está correto?

Sim, o entendimento está correto.

Pergunta 14

Ainda em relação ao item 9.6.1.1 do Edital, considerando que:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Comissão Especial de Licitação
Concorrência nº 397/2010 – Verificador Independente

(i) conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assentado no Acórdão nº 1.449/2003 (Plenário), não cabe obrigatoriedade de registro dos profissionais de informática ou dos certificados de capacidade técnica referentes à atividade de informática no Conselho Regional de Administração;

(ii) não entendeu de forma diferente o Tribunal de Contas da União quando manifestou-se sobre o assunto no Acórdão nº 264/2006 (Plenário), vedando a inclusão de exigência editalícia que determine que os atestados de capacidade técnica sejam registrados nos Conselhos de Administração, enquanto não sobrevier legislação ou decisão judicial que defina qual conselho profissional detém essa competência;

(iii) que a decisão do Tribunal de Contas da União contida no Acórdão nº 116/2006 (Plenário), em estreita síntese, consolida o entendimento quanto à vedação de que os editais exijam que os atestados de capacidade técnica referentes à atividade de informática sejam registrados no Conselho Regional de Administração ou em qualquer outro conselho profissional, por falta de amparo legal;

(iv) que o professor Marçal Justen Filho, em sua respeitada obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, corrobora com o sedimentado posicionamento das Cortes quando escreve sobre a inaplicabilidade da exigência de registros para atividades não regulamentadas por lei, esclarecendo que “a redação do §1º do art. 30 demonstra que o legislador tinha em mente, ao disciplinar a capacitação técnica, exclusivamente as obras e serviços de engenharia. No entanto, editou regras aplicáveis a quaisquer contratos de obras e serviços.

Isso já seria um problema, tendo em vista a inviabilidade de aplicar textual e fielmente as regras do §1º nas hipóteses de licitações para obras e serviços que não sejam de engenharia. Em decorrência, deve-se reputar inaplicável a exigência de “registro” de atestados referidos a atividades relativamente às quais não haja um controle por parte das entidades profissionais competentes”;

Solicitamos confirmação de que, caso o profissional a atuar como Gerente do Projeto tenha formação na área de informática, tal prova de registro e inscrição prevista no item 9.6.1.1. do Edital não será necessária.

Sim, o entendimento está correto, pois a categoria ainda não tem conselho de classe. No entanto, atentamos para a qualificação exigida no item 6.2.2.1 – Gerente de Projeto, que determina: “*Formação superior, comprovada por meio de diploma expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), preferencialmente em Administração de Empresas, Engenharia ou Economia e com grau mínimo de pós-graduação...*”.

Pergunta 15 – Entendemos que as declarações exigidas no Edital e as propostas técnica e comercial deverão ter firma reconhecida, não sendo a mesma necessária para outros documentos, como por exemplo, os atestados de capacidade técnica. Favor confirmar.

Sim. Está correto.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Comissão Especial de Licitação
Concorrência nº 397/2010 – Verificador Independente